

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.609 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2002



Plenário aprovou MP do setor elétrico e transferiu a reforma do Judiciário para quarta-feira

Aprovada MP que garante recursos para subsidiar energia

Senado acolhe projeto de lei de conversão da medida provisória que define as fontes de financiamento para a subvenção aos consumidores de baixa renda.

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão da Medida Provisória 64/02, que assegura fontes de financiamento para os subsídios oferecidos aos consumidores de energia elétrica de baixa renda. A matéria ainda

trata de diversas outras questões do setor, como a exigência de contratos de compra de energia por meio de licitação ou leilões públicos e o incentivo às energias alternativas. O texto vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 3

Reforma do Judiciário fica para quarta

Senadores decidem votar a proposta de reforma do Judiciário na próxima semana.

PÁGINA 3

Ministérios vão receber créditos suplementares

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite dez projetos de lei de créditos suplementares, a maioria deles para atender programas de diversos ministérios.

PÁGINA 2

Presidente pode ter que falar ao Congresso no início de cada ano

CCJ aprova proposta de emenda constitucional que torna obrigatória a apresentação de planos de governo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que torna obrigatório o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional todos os anos, na abertura da sessão legislativa, para apresentar o plano de governo e um balanço da situação do país. Atualmente, a Constituição determina apenas que o presidente envie uma mensagem, geralmente lida pelo 1º secretário da Mesa do Congresso.

Segundo o autor da proposta, senador Eduardo Suplicy, a idéia é “tornar mais explícita a responsabilidade do governo com suas metas”. A matéria vai agora ao Plenário do Senado.

PÁGINA 6



Integrantes da CCJ aprovaram a proposta de comparecimento anual do presidente da República ao Congresso

Rejeitada mudança em "royalty" pago por hidrelétrica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado rejeitou, ontem, projeto de lei que redistribuiria a compensação financeira dada a estados e municípios onde há exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os senadores aprovaram voto em separado oferecido pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), contrário à proposta.

As concessionárias de geração de energia elétrica recolhem ao Tesouro Nacional 6,75% do valor da energia produzida. Do total de recursos, 45% vão para estados, 45% para os municípios, 3% para o Ministério do Meio Ambiente, 3% para o Ministério de Minas e Energia e 4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O projeto, de autoria do deputado Chico da Princesa (PSDB-PR), diminui o percentual dos estados para 25%, aumentando o dos municípios para 65%. Também altera a compensação recebida pelos quatro municípios que abrigam a represa de Itaipu. Foz do Iguaçu, Itaipulândia e Santa Helena abrigam não de 5% do que cada uma recebe hoje em prol do município de Guairá, onde ficava Sete Quedas. Aprovada pela Câmara dos Deputados, a matéria recebeu voto favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que acabou derrotado pelo voto em separado apresentado por Suassuna.

O senador da Paraíba argumentou que a redistribuição, ao contrário do previsto na justificativa do projeto, reduziria em US\$ 32,9 milhões (cerca de R\$ 115 milhões) a receita do Paraná em 2003, dinheiro que seria transferido para os municípios. Quanto à redistribuição para o município de Guairá, afirmou que a cidade tem recebido compensações financeiras diretas e indiretas especiais, além dos royalties.

Aprovados créditos suplementares para órgãos dos três Poderes

Reunido ontem à noite, o Congresso Nacional também votou projeto de lei que altera programas do Plano Plurianual de Investimentos para 2000/2003

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem créditos suplementares e especiais e o projeto que muda programas do Plano Plurianual de Investimentos 2000/2003. Os parlamentares também aprovaram a ampliação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Comunicação Social, de seis meses para dois anos.

São os seguintes os créditos suplementares: R\$ 12 milhões em favor do Ministério dos Transportes; R\$ 45,9 milhões para órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e Ministério Público da União; R\$ 75,8 milhões destinados ao Executivo; R\$ 11,23 milhões em favor da Fazenda e do Planejamento.

Outros créditos suplementares: R\$ 68,12 milhões para os Ministérios de Minas e Energia, e das Comunicações; R\$ 5,2 milhões em favor do Ministério da Educação; R\$ 28,2 milhões destinados aos Minis-



Também foi aprovada na sessão conjunta a ampliação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Comunicação Social

térios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário; R\$ 43,76 milhões em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte; R\$ 197,81 milhões beneficiando o Ministério dos Transportes; R\$ 35 milhões para transferências a estados, Distrito Federal e municípios.

Foram acolhidos extrapauta os seguintes créditos: R\$ 120,3 mi-

lhões em favor dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente; R\$ 63,47 para o Ministério dos Transportes; e R\$ 2,87 destinados encargos financeiros da União.

Foi acolhido ainda projeto que prevê melhoramentos no porto de Natal e outro que libera verba para obras no trecho da BR-101, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

CMO analisa relatórios durante fim de semana

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá realizar, nos próximos dias 6, 7 e 8 de dezembro, esforço concentrado para discutir e votar todos os pareceres dos relatores setoriais (dez ao todo), que deverão ser entregues ao relator-geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), até a próxima terça-feira.

O relator setorial que não entregar o seu parecer na data prevista – advertiu o presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) – terá todas as emendas sob sua guarda imediatamente transferidas para o relator-geral, para que este as aprecie quanto ao mérito. Aleluia prometeu, ainda, ser implacável na cobrança dos prazos fixados pela comissão para a tramitação da proposta orçamentária da União para 2003.

A comissão já aprovou um total de R\$ 943,75 milhões em créditos suplementares abertos ao Orçamento da União de 2002. Na próxima semana serão apreciados mais dois pedidos de crédito suplementar, num total de R\$ 225,2 milhões.

Machado quer esforço para elevar o mínimo

O relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), conclamou os parlamentares a empenharem-se na busca por mais recursos para elevar o salário mínimo acima de R\$ 220, já garantidos na revisão das receitas orçamentárias. No trabalho que submeteu à apreciação da Comissão Mista de Orçamento (CMO), e que foi aprovada por unanimidade, o senador explicou que foram assegurados R\$ 1,14 bilhão, definido pelo Comitê de Receitas para o Orçamento de 2003 como "reserva para ajustamento de despesas na área da Previdência e Assistência Social".

Na mesma reunião, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu um salário mínimo não de R\$ 220, mas de R\$ 240, "por uma questão de coerência com as plataformas do futuro presidente da República".

O presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), também defendeu um salário mínimo de R\$ 240 para 2003, ressaltando que esse valor já é consenso entre todas as lideranças partidárias.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

9h30 – Recebe Flávio Bierrenbach, ministro do Superior Tribunal Militar
10h – Recebe Niveo Freitas, procurador da República (RJ), José Adércio, procurador-chefe da Procuradoria Geral da República (MG) e diretores da Associação Nacional dos Procuradores da República
11h – Preside sessão deliberativa ordinária
12h – Recebe Roberto Paulino, governador da Paraíba

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 12/02, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 16/02, cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 21/01, que inclui a alimentação entre direitos sociais; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 52/01, que define competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativas a atos internacionais; PLC nº 13/02, altera dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro referentes aos veículos de duas ou de três rodas; PLC nº 38/02, inclui na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação a rodovia BR-450; substitutivo do Senado ao PLC nº 11/98, que regulamenta dispositivo da Constituição sobre a concessão de bolsa de estudo a estudantes carentes não atendidos pela rede pública; PLS nº 240/02, dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias e a execução de serviço de radiodifusão de som e imagem.

PREVISÃO
PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Energia barata para consumidor de baixa renda

Senado aprova projeto definindo que subvenção para reduzir tarifa de eletricidade será custeada com dividendos que a Eletrobrás deve à União e com receitas adicionais das concessionárias sob controle federal

Por maioria simples, o Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão concedendo subvenção para baixar as tarifas de fornecimento de energia elétrica aos consumidores de baixa renda. Foi decidido que a subvenção será custeada com recursos oriundos dos dividendos devidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) à União e com receitas adicionais auferidas pelas concessionárias, sob controle federal, com a comercialização de energia. O texto agora vai à sanção presidencial.

Oriundo da medida provisória (MP) 64/02, o projeto dispõe que, a partir de janeiro de 2003, as concessionárias de distribuição de energia somente poderão estabelecer contratos de compra por meio de licitação, na modalidade de leilão, ou por leilões públicos. O texto também concede subsídio para redução da

tarifa de transporte de gás natural, com recursos provenientes de parcela do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

O texto permite ainda que as distribuidoras fechem contratos bilaterais com produtores de energia eólica, solar, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas.

Relator na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA) disse que o projeto permite que as empresas de energia continuem subsidiando, sem revisão de tarifa, os 14 milhões de famílias de baixa renda.

Relator-revisor no Senado, Paulo Souto (PFL-BA) disse que a MP trouxe as inúmeras sugestões apresentadas pelo Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico. Ele observou que o texto foi aprovado na Câmara depois de ampla negociação entre todos os partidos.

Paulo Souto destaca vantagens do projeto para o setor elétrico

Antes de manifestar-se favorável ao projeto de lei de conversão que impôs novas normas para o setor elétrico, o senador Paulo Souto explicou cada um dos artigos da matéria, comentando sua importância. Ele disse que o objetivo do artigo 1º é



Paulo Souto explicou cada um dos artigos da proposta

concessão de subsídio para a redução da tarifa do transporte de gás natural, ele declarou que "isso é extremamente importante, sobretudo quando sabemos que a produção de energia elétrica a partir do gás natural é uma das alternativas para expansão do sistema".

Paulo Souto observou que o artigo 5º garante fontes de financiamento para os subsídios oferecidos aos consumidores de baixa renda. Essas fontes virão do adicional de dividendos que a Eletrobrás deve à União e de receitas das concessionárias sob controle federal. Ele também disse que o artigo 6º vai resolver o problema da indústria, que poderá comprar energia em leilão público, para ativar sua produção.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) condenou o processo de privatização do setor elétrico, dizendo que ele foi embasado na lógica do lucro. Ela lembrou discussão travada no Senado sobre como ficariam as comunidades de baixa renda que não poderiam pagar tarifa compatível com os investimentos a serem feitos.

Sobre o artigo 4º, que autoriza a

concessão de subsídio para a redução da tarifa do transporte de gás natural, ele declarou que "isso é extremamente importante, sobretudo quando sabemos que a produção de energia elétrica a partir do gás natural é uma das alternativas para expansão do sistema".

Paulo Souto observou que o artigo 5º garante fontes de financiamento para os subsídios oferecidos aos consumidores de baixa renda. Essas fontes virão do adicional de dividendos que a Eletrobrás deve à União e de receitas das concessionárias sob controle federal. Ele também disse que o artigo 6º vai resolver o problema da indústria, que poderá comprar energia em leilão público, para ativar sua produção.

Adiada votação da reforma do Judiciário

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma do Judiciário deve ser votada na próxima quarta-feira. A PEC estava na pauta de votações de ontem do Plenário, mas, acolhendo sugestão do presidente do Senado, Ramez Tebet, os senadores decidiram adiar o início da deliberação sobre as 114 emendas de Plenário à reforma.

De acordo com Tebet, o grande número de emendas exigirá trabalho específico da Secretaria Geral da Mesa do Senado, que vai preparar as emendas, associando-

as a cada artigo da Constituição que se pretenda alterar.

— O trabalho requer um grande esforço da Secretaria Geral, que vai aprofundar o material até segunda-feira — disse Tebet.

O relator da reforma do Judiciário, Bernardo Cabral (PFL-AM), observou que todas as emendas já receberam parecer e que, portanto, o novo adiamento — a proposta constava da pauta de quarta-feira da semana passada — não pode



Ramez Tebet sugeriu adiamento da proposta relatada por Bernardo Cabral

ser creditado à relatoria.

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a proposta de Tebet permitirá que a votação seja feita da forma mais clara possível.

Luiz Otávio apresenta posição de magistrados

Ao comentar alguns dos temas da reforma do Judiciário, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) apresentou o ponto de vista do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil e da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) sobre vários destaques que serão discutidos pelos senadores.

Por meio da Carta de Aracaju, divulgada no último sábado e encaminhada ao senador, o Colégio Permanente manifestou confiança na rejeição das propostas de eleição de metade dos componentes do órgão especial e de extinção dos tribunais de alçada. Os presidentes de tribunais de Justi-



Luiz Otávio ressaltou pontos da Carta de Aracaju

Foto: Roosevelt Pinheiro

ça também defendem a não aprovação do dispositivo que torna obrigatória a realização dos concursos de ingresso para a magistratura estadual por instituições externas ao Judiciário e do que transfere para a Justiça Federal a

competência para o julgamento dos crimes contra os direitos humanos.

Da AMB, Luiz Otávio recebeu correspondência externando a posição da categoria sobre diversos pontos da reforma do Judiciário, entre eles o pedido de rejeição da elevação da idade de aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos para os servidores públicos. O senador informou que ou-

tra posição externada pela Associação dos Magistrados foi a defesa da criação da súmula impeditiva de recurso no lugar da súmula vinculante. Eles acreditam que a súmula vinculante transformaria os ministros dos Tribunais Superiores em legisladores, com poder de aplicar seus enunciados até mesmo retroativamente. Outro argumento é que as decisões ficariam centralizadas nas cúpulas do Poder Judiciário.

Em aparte, José Fogaça (PPS-RS), autor da emenda que propõe a súmula impeditiva em substituição da súmula vinculante, agradeceu o apoio manifestado por Luiz Otávio. Ele explicou que na grande maioria dos casos o juiz seguirá a súmula impeditiva e declarará que o demandante da ação não poderá recorrer aos tribunais superiores.

Aprovados três embaixadores e ministro do STM

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do almirante-de-esquadra Augusto Leal de Azevedo para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga do ministro Domingos Alfredo Silva, que se aposentou.

Foram também aprovados os nomes dos indicados pelo presidente da República para ocupar o cargo de embaixador do Brasil na Austrália (Frederico César de Araújo), República Dominicana (Ronaldo Dunlop) e Suíça (Mauro Luís Vieira).

Tuma vai acompanhar a Assembléia Geral da ONU

O Senado aprovou a indicação do senador Romeu Tuma (PFL-SP) como observador parlamentar para acompanhar os trabalhos da 57ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, que será realizada em Nova York, entre os dias 7 e 17 de



Tuma participará de trabalhos em Nova York

Maguito Vilela (PMDB-GO).

Estão previstas diversas reuniões em seis comissões temáticas, que abordarão problemas atuais como o desarmamento e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o

Brasil faz parte. Também serão abordadas questões ligadas ao meio ambiente sustentável e analisado o Relatório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados.

Brasil faz parte. Também serão abordadas questões ligadas ao meio ambiente sustentável e analisado o Relatório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados.

Maria do Carmo destaca importância de exames preventivos contra o câncer

Conforme senadora, é imprescindível a realização de campanhas que estimulem medidas de identificação precoce da doença, como vem sendo feito pelo Instituto Nacional de Câncer



Maria do Carmo lembrou trabalho realizado em Sergipe de prevenção do câncer da mama

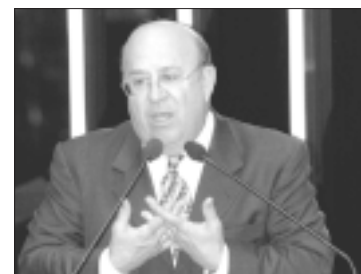
Ao registrar a passagem do Dia Nacional de Combate ao Câncer, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) defendeu os esforços para divulgar a importância dos exames preventivos como forma de deter o avanço dos vários tipos de câncer. Ela lembrou trabalho que desenvolveu em Sergipe, como primeira-dama do estado, ao implantar o Pró-Mulher, programa que visava à prevenção do câncer cérvico-uterino e ma-

mário, priorizando a educação e a medicina preventiva.

Maria do Carmo destacou o trabalho do Instituto Nacional de Câncer (Inca), ligado ao Ministério da Saúde. Segundo disse, o Inca já realizou cerca de 8 milhões de exames preventivos do câncer de colo de útero (o Papanicolau) em todo o país, além de ter organizado estrutura em municípios e estados que permite dar seqüência ao tratamento.

– Programas antitabagismo e de

reeducação alimentar e física são importantes para que possam ser diminuídos os riscos de uma futura aparição do câncer. No entanto, a constante divulgação de campanhas do auto-exame, no caso do câncer de mama, e o estímulo para que o homem acima dos 40 anos procure fazer exame de próstata são imprescindíveis, pois apenas informação e a atuação individual contra esse mal terão efeitos significativos a curto prazo – concluiu.



Ney Suassuna relata encontro de senadores brasileiros com o presidente Eduardo Duhalde

Suassuna apóia integração com a Argentina

A impressão que se tem é de que os argentinos querem estreitar os laços com o Brasil, relatou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao informar ao Plenário do Senado que uma comitiva da Casa foi recebida na última segunda-feira pelo presidente da Argentina, Eduardo Duhalde. Para o senador, o encontro foi coroado de sucesso e permitiu ver a importância que o Brasil tem no relacionamento com a Argentina. Liderada por Edison Lobão (PFL-MA), a comitiva foi composta também pelos senadores eleitos Marcelo Crivella (PL-RJ), Paulo Octávio (PFL-DF) e Magno Malta (PL-ES).

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacaram a importância de fortalecer os países integrantes do Mercosul.

Tuma apresenta resultado de viagem presidencial

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou em Plenário os resultados da viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso a Portugal, Reino Unido e República Dominicana entre 11 e 16 de novembro.

Tuma, que integrou a comitiva, destacou que, em Portugal, o presidente reiterou a importância do relacionamento bilateral. No Reino Unido, disse, Fernando Henrique proferiu palestra sobre governança global democrática. Além disso, recebeu o título de Doctor of Civil Law by Diploma, concedido a membros de famílias reais e chefes de Estado.

Na República Dominicana, o presidente participou da XII Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-Americana. Conforme Tuma, FHC destacou a importância da solidariedade entre os povos ibero-americanos no atual contexto internacional.

Marina registra lançamento de livro sobre a fome

A senadora Marina Silva (PT-AC) registrou em Plenário o lançamento hoje, às 19h30, no Centro Cultural de Brasília, do livro *A fome que não sai no jornal*, do pesquisador João Bosco Bonfim. Ela destacou a importância das informações como fonte de apoio ao programa Fome Zero, anunciado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com Marina, da análise do que tem sido publicado o pesquisador concluiu que, quase sempre, o noticiário serve para ajudar a vender jornais, mas não para reduzir a fome das pessoas. Ele constata também que quem tem voz para falar sobre a fome são só as autoridades, sociólogos, bispos, presidentes, economistas.

– Quando aparecem para falar, os famintos só servem para ilustrar as matérias, jamais para sustentar o seu ponto de vista. Perigosamente, o modo como essas pessoas, vítimas da fome, são retratadas pode servir para criar preconceitos e exclusões – disse Marina Silva.



Publicação pode ser fonte de apoio ao programa Fome Zero, afirmou Marina Silva

Rocha: proposta sobre alimentação recebe elogio

Relator da proposta de emenda constitucional (PEC) que inclui a alimentação entre os direitos sociais, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou que o consultor Hernán Gomez Bruera, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), considera que a iniciativa deve servir de parâmetro a toda a América Latina. Seria a forma, afirmou o consultor, de outros países defenderem a alimentação como um dos fundamentos da democracia.

De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu pa-



Sebastião Rocha é relator da PEC que inclui a alimentação entre os direitos sociais

recer favorável de Rocha. Para o relator, a iniciativa destacará a alimentação como um dos objetivos básicos no combate à pobreza.

RODOVIA

O senador fez apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministério dos Transportes

pela liberação de recursos para a construção da BR-156, rodovia federal no Amapá. De acordo com Rocha, emenda da bancada do Amapá garantiu R\$ 50 milhões para a estrada. O governo, disse, empenhou até agora apenas R\$ 4,7 milhões, mas não liberou nada ainda. Há informações, segundo Sebastião Rocha, de que o governo não pretende liberar mais nenhuma emenda de bancada.

Para o senador, é lamentável que a principal rodovia do Amapá não tenha recebido recursos federais durante praticamente todo o governo de FHC. O senador explicou que a rodovia em construção fará a ligação terrestre do Mercosul com a União Européia.

Suplicy lembra centenário de "Os Sertões"

“A obra *Os Sertões* introduziu na consciência histórica brasileira a pessoa coletiva, dirigindo um olhar interessado e comovido aos pobres do sertão.” A avaliação é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que fez pronunciamento para lembrar o centenário, a ser comemorado em 2 de dezembro, da publicação do livro de Euclides da Cunha.

– Euclides pôde superar as limitações da época (fins do século 19 e início do século 20) e trazer até os dias de hoje o seu vivíssimo apelo pelo fim das desigualdades imensas que dividem a sociedade brasileira – registrou.

Suplicy levou a Plenário relato biográfico de Euclides da Cunha e a forma como se deu a elaboração de sua obra-prima. O enfoque

do escritor diante do conflito entre os seguidores de Antônio Conselheiro, no arraial de Canudos, sertão da Bahia, e as forças oficiais vai mudando à medida que se dá o contato do escritor com o sertanejo, declarou.

– A epopéia sangrenta testemunhada por Euclides da Cunha, assim como o contato direto com a terra e o homem sertanejos, altera em profundidade sua compreensão da problemática que dera origem ao conflito. Euclides concluiu dizendo que os sertanejos devem ser educados e integrados ao conjunto da nação, tratados a cartilha e não a bala – destacou.

O relato da guerra, que envolveu três expedições contra a cidade de Belo Monte e que terminou por dizimar sua população,

estimada entre 10 mil e 25 mil habitantes, é feito em estilo envolvente. “A descrição da terra sertaneja recebe uma impressionante dramaticidade, pela qual os elementos naturais ganham vida e se fazem quase humanos”, afirmou. Para o senador, o país não pode dispensar o legado euclidiano.

– Sem *Os Sertões*, o movimento liderado por Antônio Conselheiro estaria muito mais esquecido, como tantas outras organizações comunitárias e revoltas populares que foram esmagadas pela repressão dos poderosos – observou o senador.

Autor de prefácio à edição comemorativa do centenário do livro, o senador José Sarney (PMDB-AP) disse que *Os Sertões* é obra definitiva da literatura brasileira.



Carlos Patrocínio recebeu carta sobre a política de preços dos medicamentos no país

Patrocínio propõe seminário sobre preço de remédios

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) anunciou que irá propor às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) a realização de um seminário para discutir os preços e a política para medicamentos no Brasil. A proposta de realização de seminário consta de correspondência recebida pelo senador e lida em Plenário ontem.

A carta foi enviada ao senador pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF-DF) e pelo Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum). Nela, as entidades também solicitam que Carlos Patrocínio proponha medidas para prorrogar a Lei nº 10.213, que não permitiu aumento de preços dos medicamentos entre 19 de dezembro de 2000 e 15 de janeiro de 2001. A Medida Provisória nº 2.230 dilatou esse prazo até 31 de dezembro deste ano, mas, como não foi reeditada, a partir do ano que vem os preços dos medicamentos estarão liberados no Brasil.

O CRF-DF e o Idum afirmam que há 50 milhões de brasileiros que não podem comprar medicamentos. De acordo com as duas entidades, desde a implantação do Plano Real (julho de 1994), o faturamento da indústria farmacêutica cresceu mais de 300%, enquanto o número de unidades de medicamentos vendidas aumentou 1%. No mesmo período, o aumento médio dos remédios foi de 140%, mas alguns deles tiveram reajustes de até 370%. As entidades lembram que houve novo aumento este mês, de 9,92% na média.

A carta afirma que os medicamentos genéricos, que também subiram de preço em novembro, podem custar mais do que os remédios de marca, já que usam como parâmetro para formação de seus preços os medicamentos de referência, que são os mais caros. Além disso, genéricos iguais, com o mesmo princípio ativo, podem ter diferenças de preço que chegam a 100%.

Programa Pantanal deve ter prosseguimento, diz Juvêncio

Senador cobra ações dos governos federal e dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para dar continuidade aos projetos na região

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) cobrou providências dos governos federal e dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para o prosseguimento do Programa Pantanal, que envolve investimentos fundamentais para o desenvolvimento da Bacia do Alto Paraguai. O programa, ressaltou, engloba projetos que tratam desde a proteção ambiental até o saneamento básico. Embora tenham sido feitos esforços técnicos e políticos nos últimos oito anos, disse o senador, até agora o programa não pôde ser iniciado de maneira efetiva e consistente.



Juvêncio da Fonseca quer mobilização em favor do programa

Juvêncio da Fonseca estranhou que, depois de inúmeras reuniões e debates, o programa esteja paralisado, sem que se saiba o que está sendo ou não realizado e em que fase se encontram os projetos. Para ele, o mais grave são as notícias de que órgãos estaduais não concluem os projetos técnicos porque organizações não-governamentais reivindicam a revisão da licitação que escolheu a gerenciadora do programa.

Entre os problemas mais urgentes, o senador citou o assoreamento do Rio Taquari, que a cada ano tem sua situação agravada, "crian-

do um problema ambiental de proporções imensas numa das regiões mais belas e ecologicamente frágeis do planeta". Segundo ele, o Programa Pantanal entrou num círculo vicioso, prevalecendo um jogo de empurra entre os estados e a União.

— Acredito que somente com a mobilização política dos governos eleitos poderemos fazer com que o processo ande e supere as atuais dificuldades — disse.

Em aparte, o senador Ney Suasuna (PMDB-PB), que foi ministro da Integração Nacional, confirmou a necessidade de investimentos no Programa Pantanal, que engloba incentivo ao turismo, produtos naturais e essências nativas, bem como inúmeras outras riquezas da região, num sistema de desenvolvimento sustentado e de proteção ambiental.

Santos pede liberação de crédito para cafeicultura

Ao abordar a crise que o setor cafeeiro enfrentou nos últimos dois anos, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) solicitou ao governo federal a liberação do crédito de custeio para a atual safra, que já começou. Ele informou ontem que, apesar de o Banco Central já ter instituído uma linha de crédito de R\$ 300 milhões em amparo ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), até agora os recursos não chegaram aos produtores.

— Os produtores, vindos de quase três anos de crise de preços, estão descapitalizados, não podendo, com recursos próprios, proceder às operações de manejo, aquisição de insumos e tratamentos culturais necessários à lavoura — afirmou Ricardo Santos.

Outro pedido feito pelo senador foi que o Banco Central e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reexaminem a possibilidade de incluir o café arábica tipo 7, bebida Rio, no Programa de Opção de Venda do governo federal. Esse programa dá ao produtor o direito (mas não a obrigação) de vender sua produção para o governo, numa data futura, a preço previamente fixado.

Santos frisou que o café arábica tipo 7, bebida Rio, é um padrão com mercado assegurado tanto interna quanto externamente, e que esse tipo de café tem origem em regiões produtoras com características naturais de inverno úmido, que exigem cuidados especiais e maiores investimentos em infra-estrutura e na operacionalização da colheita.



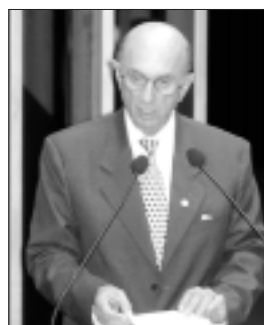
Ricardo Santos alerta que os produtores estão descapitalizados

Gabardo quer "royalties" para litoral do Paraná

Com base na situação geográfica do litoral do Paraná, o senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) reivindicou ontem, por meio de requerimento encaminhado ao Ministério de Minas e Energia, o pagamento de royalties aos municípios de Paranaguá, Antonina, Morretes, Quaraqueçaba, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, pela exploração de petróleo e gás natural em três poços da Bacia de Santos.

Os poços de Estrela do Mar, Coral e Tubarão produzem em média mais de 10 mil barris diários, e em 2003 a produção deve aumentar, informou o senador. Pela legislação, explicou Gabardo, há mudança do traçado da projeção do mar territorial (critério para estabelecer a quem caberá receber os royalties por exploração de petróleo) toda vez que se amplia, em razão do avanço tecnológico, a extensão da "zona econômica exclusiva". Os critérios são diferentes para estados e municípios, acrescentou, observando que apenas o Paraná e o Piauí não têm linhas de projeção de seu território paralelas, em razão da configuração côncava de seu litoral. Segundo ele, essa situação geográfica incluiria na Bacia de Santos os municípios do litoral paranaense.

O senador também defendeu a reativação do Proálcool para reduzir o consumo de petróleo e diminuir a pressão das importações do produto sobre a balança comercial. Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que o Proálcool traz também a expectativa de exportação de álcool num momento em que o Brasil precisa exportar.



Gabardo encaminhou pedido ao Ministério de Minas e Energia



Romero Jucá divulgou em Plenário as respostas que recebeu da Petrobras

Jucá esclarece compra de aço pela Petrobras

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), divulgou as respostas que recebeu da Petrobras, a propósito da denúncia do jornal *Folha de S.Paulo* de que a empresa havia importado aço da Noruega, para utilização nos cascos das estruturas das plataformas marítimas P-51 e P-52. A Petrobras, afirmou Jucá, "admite que a denúncia tem fundamento, mas explica que o aço NV-40 não é produzido no Brasil".

Jucá relatou ter sido informado pela Petrobras de que a Usiminas reúne condições de fabricar NV-40, desde que obtenha o certificado para tal. A empresa explicou ainda, segundo o senador, que a licitação para as plataformas P-51 e P-52 está na fase de esclarecimentos técnicos e gerenciais e, até o momento, nenhum questionamento por parte dos licitantes foi feito sobre a importação de NV-40 ou sua fabricação no Brasil.

O senador disse que a atual fase da licitação, segundo explicação da Petrobras, visa interagir com os proponentes e dirimir questões técnicas e contratuais. A empresa garantiu que quaisquer sugestões de proponentes que venham a melhorar a competitividade do processo ou a qualidade do produto serão encorajadas e bem-vindas nessa fase de licitação, informou o senador por Roraima.

Romero Jucá solicitou que os esclarecimentos enviados a ele pela Petrobras fossem incluídos nos Anais do Senado.

Presidente deverá comparecer ao Congresso uma vez por ano

Presença poderá ser obrigatória no início dos trabalhos para apresentar balanço do país e plano de governo, conforme PEC aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que torna obrigatório o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional anualmente, na abertura de cada sessão legislativa, para apresentar o plano de governo e balanço da situação do país. Atualmente, a Constituição determina apenas que o presidente envie uma mensagem, geralmente lida pelo primeiro-secretário da Mesa do Congresso.

— A idéia é tornar mais explícita a responsabilidade do governo com suas metas. Nos Estados Unidos, a fala do presidente tem grande importância na vida política do país, por traçar as metas do governo e avaliar as dificuldades a serem enfrentadas. Hoje, no Brasil, a mensagem do presidente se



Proposta de Suplicy visa explicitar responsabilidade do governo

reveste de menor importância e peso — afirmou o senador.

COMENTÁRIOS

A proposta original de Suplicy previa ainda a possibilidade de, na presença do presidente, os líderes partidários na Câmara e no Senado fazerem comentários sobre seu pronunciamento. Porém, o relatório do senador Sérgio Machado (PMDB-CE), lido e apoiado na reunião da CCJ pelo senador

Waldeck Ornélas (PFL-BA), excluiu da PEC esse dispositivo por acreditar que o objetivo “não se coaduna com o sistema presidencialista, pois o presidente deve receber o tratamento solene que é dispensado ao chefe de Estado”.

— Conforme fossem feitas, as críticas públicas poderiam submeter o presidente a um grande constrangimento — disse Jefferson Péres (PDT-AM), para quem “não há desdouro em imitar uma boa prática americana”.

Apesar de reconhecer que não há tempo hábil para a aprovação da PEC antes da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, Suplicy considera que a aprovação do parecer é um sinal de que a CCJ se mostra favorável a essa prática.

— O presidente eleito pode, assim, considerar a hipótese de vir ao Congresso Nacional no dia 15 de fevereiro (data do início dos trabalhos da próxima legislatura). Sugiro inclusive que os presidentes das duas Casas considerem essa possibilidade — concluiu o senador.

Comissão inicia debate sobre o voto facultativo

A adoção do voto facultativo começou a ser discutida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com a leitura do parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC), subscrita por Sérgio Machado (PMDB-CE) e outros senadores, que acaba com o voto obrigatório. A concessão de vista coletiva adiou a votação da matéria.

Iris Rezende manifesta sua opinião de que a obrigatoriedade do voto é um constrangimento ilegal que pretende impor a participação política como um modo de estabelecer legitimidade para a democracia representativa.

Para o senador, não há nenhuma democracia representativa

relevante que adote o recurso do voto obrigatório. Iris pondera que “as transformações econômicas sofridas pelo Brasil geraram novo perfil da sociedade, propiciando condição mais favorável ao exercício da cidadania”.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou ser favorável ao voto obrigatório “até porque é apenas um dia, de dois em dois anos, em que se igualam todos os cidadãos e cidadãs na definição de seu destino”. Freire acredita que, numa sociedade desigual como a brasileira, o voto facultativo traria o risco da prevalência “de interesses bem conhecidos”. Francelino Pereira (PFL-MG), primeiro a pedir vista da matéria, também manifestou-se a favor do voto obrigatório.

Eleitor poderá ganhar Constituição ao tirar título

Todos os cidadãos brasileiros poderão ter direito a um exemplar gratuito da Constituição federal na hora em que forem tirar o título de eleitor. Proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE) nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto, que será submetido ao Plenário, transforma em direito permanente a distribuição gratuita de exemplares da Constituição,

atualmente prevista nas Disposições Constitucionais Transitórias.

O relatório do senador José Fogaça (PPS-RS), lido por Ricardo Santos (PSDB-ES), sustenta que a medida possui importância que “vai muito além da mera desoneração pecuniária do cidadão”. Fogaça ressalta, na análise da PEC, que se trata de “exercício ativo” de cidadania, entendido como “um conjunto de direitos e deveres que o cidadão deve exercer, de maneira consciente, perante o Estado e a sociedade”.

Prática começou nos EUA

A Constituição norte-americana não prevê, de forma específica, o comparecimento anual do presidente ao Congresso. Alguns mandatórios adotaram a prática, que só foi institucionalizada após 1929 — antes disso, houve presidentes que apenas enviaram comunicado. Atualmente, a chamada mensagem sobre o Estado da União

(State of the Union) é feita no dia 21 de janeiro. No discurso, o chefe do Executivo define quais serão as suas prioridades e solicita ao Congresso que aprove a legislação necessária para implementá-las. O evento recebe ampla cobertura dos meios de comunicação e tem forte impacto sobre a opinião pública norte-americana.

Senado referenda quitação de “polonetas”

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) considerou, ontem, improcedente a questão de ordem levantada pelo deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), que questionou se a aprovação pelos senadores de resolução autorizando a liquidação antecipada de títulos do governo polonês, em poder do Tesouro Nacional, não teria invadido a competência do Congresso Nacional.

O relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) atesta que não houve essa invasão de atri-

buições. Ele explica que a Resolução n° 24 apenas autorizou a realização de operações que permitam o recebimento antecipado das conhecidas “polonetas”, no valor de US\$ 3,4 bilhões, e fixou as condições para a utilização dos recursos obtidos com a liquidação desses títulos do governo polonês.

— As condições estabelecidas dizem respeito à aplicação de recursos em projetos já existentes no Orçamento Geral da União — diz o relator. Portanto, segundo ele, não há criação de novos programas e projetos, o que caracteriza-

ria a invasão de atribuições do Congresso Nacional.

Entre 1977 e 1980, a Polônia emitiu títulos, por intermédio do Bank Handlowy Warszawie, para pagar importações de produtos brasileiros. Os papéis, conhecidos como “polonetas”, foram aceitos pelo governo federal, com a promessa de só resgatá-los quando a Polônia, então comunista, tivesse condições de honrá-los. No ano passado, o Ministério da Fazenda elaborou plano para quitação desses papéis, que foi aprovado pelo Senado (Resolução n° 24).



Jane de Araújo

TEBET PARTICIPA DE SOLENIDADE NA CÂMARA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou ontem da solenidade de entrega de condecoração ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e a outros 15 agraciados, no Salão Nobre do Congresso Nacional. Ao falar na solenidade, Tebet salientou que o evento demonstra que o Legislativo cumpre seu papel de representação da sociedade.

Fernando Henrique, agraciado

com a “Suprema Distinção Câmara dos Deputados”, destacou o esforço do Congresso nos últimos anos e fez referência às “circunstâncias difíceis” em que Tebet assumiu a Presidência do Senado, com a renúncia de seu antecessor.

Entre os condecorados, com a medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, estão Antônio Ermírio de Moraes, Benedita da Silva e dom Paulo Evaristo Arns.



O presidente da CCJ, Bernardo Cabral (E), sugeriu aos senadores da comissão que encaminhem requerimento ao Plenário solicitando o exame em conjunto

Propostas que aliviam cesta básica podem tramitar juntas

A existência de dois projetos que tratam da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os produtos que compõem a cesta básica levou, ontem, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a sugerir aos senadores da comissão que apresentem requerimento ao Plenário solicitando a tramitação conjunta das propostas.

Além da proposição do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que aguarda parecer na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), existe proposta nesse sentido do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que, na terça-feira, abordou o assunto em discurso no Plenário.

A sugestão de Cabral foi motivada por pronunciamento de Suplicy que, diante da reclamação de Requião, pediu que as propostas

fossem examinadas em conjunto. Da mesma forma, o senador Osmar Dias (PDT-PR) entende que a proposta de Requião, apresentada em 1999, também deve ser analisada no mérito pela CAE.

Osmar narrou que, em 1995, pediu uma nota técnica à Consultoria do Senado, como subsídio à elaboração de uma proposta de emenda constitucional para isentar do ICMS os produtos da cesta básica. Porém, disse o senador, por sugestão da Consultoria, preferiu esperar pela reforma tributária.

Relator na CAE, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) disse que o ideal seria poder analisar ambas as propostas. Ele se juntou ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao defender que, depois de analisado pela CAE, o projeto deve ser examinado também pela CCJ.

Tebet diz que projeto de Requião tramita normalmente na CCJ

O presidente do Senado, Ramez Tebet, esclareceu ontem que seu projeto que isenta do ICMS os produtos da cesta básica (ver matéria acima) é diferente da proposta apresentada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A afirmação foi feita em resposta a indagação feita terça-feira pelo senador paranaense, que estranhara a tramitação diferenciada das duas matérias e, ainda, acusava o arquivamento do projeto de sua autoria. No momento em que Requião fez seu pronunciamento, Tebet não estava presidindo a sessão.

Ramez Tebet disse que, na verdade, o projeto de Requião não foi arquivado, mas tramita normalmente na CCJ, e refutou qualquer insinuação de que houvesse copiado a proposta. O presidente do Senado disse também que para identificar a diferença entre as matérias "basta ler os dois projetos". Acrescentou que já se inspi-

rou na vida pública dos homens para formular suas idéias, ressaltando, porém, nunca ter "clonado" nada de ninguém, por ser radicalmente contra esse tipo de iniciativa.

O senador lamentou que Requião estivesse ausente do Plenário, mas enfatizou que tinha pressa em prestar esclarecimentos sobre o assunto. O projeto de Tebet está em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Ramez Tebet afirmou que sua proposta e a de Roberto Requião são bem diferentes

Comissão examina fim do porte de armas por civis

Para o autor da proposta, Roberto Freire, a proibição resultará na queda do número de homicídios no Brasil por motivo fútil

A concessão de vista coletiva provocou o adiamento, ontem, da votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Roberto Freire (PPS-PE) que determina a proibição do porte de arma de fogo por civis e prevê a estatização da produção de armamentos. A matéria foi debatida na reunião pelo autor e pelo presidente da Comissão Mista de Segurança Pública, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Roberto Freire relatou ter recebido muitos e-mails com comentários sobre a proposta, o que aumentou ainda mais sua convicção da necessidade da proibição do porte de armas pelos cidadãos. Segundo o senador, as mensagens contêm uma carga de ódio contra ele e demonstram que os remetentes não têm estabilidade emocional para portar uma arma de fogo.

— Cabe discutir tudo, inclusive se ter porte de arma ajuda a diminuir os índices de violência. Não



Freire quer discutir questão com racionalidade para garantir segurança

tenho dúvida de que vai diminuir o número de homicídios por motivo fútil — frisou.

O senador pernambucano contestou o argumento de que não se pode desarmar um cidadão de bem:

— Sou um cidadão de bem e nunca tive arma. Qual o problema? O que podemos discutir, e isso é racional, é o caso do cidadão que mora em lugar ermo. Peço que se discuta essa questão com racionalidade, para que se busque garantir maior segurança à sociedade brasileira. Não quero discutir com os que estão destilando ódio, porque, se não têm

respeito por quem propõe o debate, imagine por quem os confronta — acrescentou.

Iris Rezende, por sua vez, disse que a iniciativa de Freire já havia sido examinada pela Comissão Mista de Segurança Pública, que concluiu pelo encaminhamento, à Câmara e ao Senado, de 21 projetos de lei e de três propostas de emenda à Constituição. A comissão, lembrou, optou por exigir exames sobre a "formação psíquica" do cidadão que quer adquirir uma arma, e por estabelecer que caberá ao juiz de Direito, e não à polícia, permitir o porte de arma ao cidadão que provar tal necessidade.

O presidente da comissão mista solicitou, então, ao presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que suspendesse o andamento da proposta. Roberto Freire contestou o pedido, observando que não se pode proibir a tramitação de uma matéria. O que se pretende com a PEC é dar tratamento constitucional à questão da produção e do porte de armas, explicou. Cabral manteve a concessão de vista coletiva da proposta de Freire.

ONU sugere normas mais rígidas

A discussão sobre o controle e a proibição do porte de arma de fogo pelos civis intensificou-se na década de 90, depois que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou o 9º Congresso sobre Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente, realizado no Cairo, em 1995. A ONU recomendou aos

Estados-membros que fortalecessem as suas legislações internas, tornando mais rígidas a aquisição, posse e porte de armas de fogo.

Inglaterra e Austrália, entre outros países, aderiram à recomendação e mudaram suas legislações, proibindo o porte de arma. A Itália também adotou medidas, tornando mais difícil a conces-

são do porte. No Brasil, foi aprovada, em 1997, a Lei nº 9.437, que instituiu o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), com o objetivo de criar um cadastro nacional com informações sobre armas de fogo em poder da população. A lei não proibiu a posse, mas tornou crime o porte ilegal de armas.

Mozarildo pede mudança em leis sobre o cooperativismo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou a realização do VI Congresso Nacional da Aliança Unimed (Conau), em Manaus, reunindo médicos, políticos e autoridades, que discutiu a importância do cooperativismo médico e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o senador,

além do VI Conau, cinco eventos paralelos mobilizaram os convidados ao encontro em Manaus: a XIV Convenção Norte/Nordeste, o XI Encontro da Mulher Unimediana, o VII Simpósio de Cooperativismo de Crédito, o I Congresso Cooperativista da Amazônia Ocidental e o II Encontro Nacional Unimed dos Acadê-



Mozarildo Cavalcanti registrou encontro da Unimed

micos de Medicina.

Para Mozarildo, o cooperativismo não recebe a merecida atenção das autoridades competentes e é preciso urgente revisão da atual legislação do setor.

Senado pode investigar denúncia de grilagem no DF

Moreira Mendes foi indicado relator para análise preliminar de documentos entregues à CFC que apontam indícios de envolvimento de integrantes do governo do Distrito Federal na venda ilegal de terra pública e tráfico de influência

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Amir Lando (PMDB-RO), indicou o senador Moreira Mendes (PFL-RO) para relatar material encaminhado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) que aponta indícios de envolvimento de integrantes do governo do Distrito Federal, inclusive o governador, Joaquim Roriz, na grilagem de terras.

Moreira Mendes terá cinco sessões para dar seu parecer dizendo se a matéria pode ou não ser apreciada pela comissão e quais as diligências necessárias para abertura de investigação. Seu parecer não cuidará do mérito da questão, lembrou ele.

O material entregue pela senadora é composto de um CD com gravações de conversas telefônicas entre autoridades do governo distrital, a de gravação das conversas e matéria publicada na última edição da revista *Época*.



Denúncia foi apresentada à Comissão de Fiscalização e Controle por Heloísa Helena

Segundo a senadora, as conversas entre o deputado distrital Pedro Passos, eleito no último pleito, o secretário de Comunicação distrital, Wellington Moraes, o desembargador Wellington Ribeiro, do Tribunal de Justiça do DF, e o governador Joaquim Roriz "são sugestivas e configuram denúncias gravíssimas da existência de grilagem de terras, tráfico de influência, desvio de dinheiro público e corrupção".

— Como existem terras públicas

de domínio da União nessa questão e denúncias graves de envolvimento de autoridades investidas do dever constitucional de zelar pelo patrimônio público, o Congresso tem competência para apurar a existência desses crimes — afirmou a senadora. Ela acrescentou que nota técnica preparada pela consultoria do Senado, a pedido do senador Amir Lando, já reconheceu essa prerrogativa.

PERÍCIA

Para o presidente da CFC, o material apresenta indícios de veracidade e, se o relator considerar necessário, poderá solicitar perícia sobre o CD com as gravações das conversas. Lando autorizou a cópia e o encaminhamento dos documentos a todos os membros da comissão e demais senadores da Casa, solicitando que sejam conservados em sigilo os dados relacionados a assuntos pessoais dos citados.

Moreira Mendes afirmou que pretende entregar seu relatório já na próxima semana.

Comissão pede auditoria em obra da sede do TST

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento do senador Wellington Roberto (PTB-PB) que encaminha pedido de auditoria ao Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em Brasília.

Outro requerimento sobre o assunto, do senador Moreira Mendes, foi aprovado na mesma reunião. Nele, são solicitadas informações sobre os recursos aplicados na obra do TST ao presidente do órgão, ministro Francisco Fausto. Moreira Mendes também quer saber qual o montante necessário para a conclusão do prédio.

Os senadores aprovaram dois requerimentos da senadora Heloísa Helena. Um deles solicita informações ao ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, ministro Euclides Scalco, sobre critérios de liberação de recursos relativos a emendas ao Orçamento da União de 2002.



CFC também aprovou requerimento de informação sobre recursos aplicados na construção do edifício do Tribunal Superior do Trabalho

O segundo requerimento pede que o TCU informe se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e suas gerências regionais estão cumprindo as recomendações do tribunal decorrentes de auditorias realizadas nos órgãos. Os ofícios que descrevem as auditorias foram aprovados pela CFC e encaminhados ao arquivo.

PEDÁGIO

Heloísa Helena solicitou também vista de decisão do TCU sobre a impossibilidade jurídica de manutenção da cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente em pedágio arrecadado, no percentual de 5%, em trechos

rodoviários no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul sob o regime de concessão.

A comissão apreciou ainda quatro pareceres sobre avisos de auditorias e inspeções realizadas pelo TCU no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) da Paraíba, no Programa Nuclear Brasileiro, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e na prefeitura de Parnamirim (RN). O DNER foi extinto em fevereiro deste ano, mas suas atribuições foram assumidas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



Emilia Fernandes, na abertura da mostra, afirmou que a iniciativa é "uma justa homenagem às sufragistas pioneiras"

Inaugurada exposição sobre os 70 anos do voto feminino

A exposição "70 Anos de Voto Feminino no Brasil" foi inaugurada ontem na Senado Galeria, localizada no corredor que dá acesso ao Anexo I. A solenidade contou com a presença dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Emilia Fernandes (PT-RS), de deputadas federais e do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia. Também esteve presente a deputada estadual Sandra Rosado (PMDB-RN), da cidade de Mossoró, onde a primeira mulher da América Latina votou, em 1928.

Emilia Fernandes disse que a exposição representa uma "justa homenagem às sufragistas pioneiras". A senadora ressaltou que cada vitória política das mulheres deve ser lembrada e que a busca por uma representatividade feminina mais ampla deve continuar. Ela observou que, embora a ban-

cada feminina no Congresso tenha aumentado nas últimas eleições, as mulheres representarão apenas 9% do total dos parlamentares no próximo ano.

A exposição, que integra as comemorações dos 111 anos do Senado na República, foi organizada pela bancada feminina do Congresso Nacional e Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Entre os objetos expostos, estão fotografias e documentos que contam a história da participação política das mulheres no Brasil.

Na abertura do evento, Suplicy acompanhou o Coral do Senado na primeira música cantada pelo grupo, *Eu Sei que Vou te Amar*. Em seguida à apresentação, foi lançado o documentário produzido pela TV Senado sobre a participação feminina na história do Senado.

Atividades dos profissionais de ioga serão debatidas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para realização de audiência pública sobre a conveniência de regulamentar o exercício das atividades dos profissionais de ioga.

Simon apresentou o requerimento, disse, devido à polêmica em torno do projeto de lei, em exame na CAS, que trata do tema. Deverão comparecer à audiência, ainda a ser marcada, José Hermógenes de Andrade, o mais antigo mestre de ioga no país, e representantes de entidades que reúnem professores de ioga.

Indicação para ANS será votada na quarta-feira

Pedido coletivo de vistas, encabeçado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), adiou para quarta-feira a votação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da mensagem presidencial indicando a recondução de Maria Stella Gregori para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O órgão regula e fiscaliza os planos privados de assistência à saúde.

O relator, senador Benício Sampaio (PPB-PI), é favorável à indicação. Se aprovada, a recondução terá ainda de ser submetida à votação no Plenário.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Luiz Otávio e Bello Parga